



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Gongogi-Ba
Setor de Licitação e Contratos
CNPJ: 14.235.048/0001-93



CONTRATO N.º 75/2019.

PREGÃO PRESENCIAL - P/P: n. 16/2019.
Processo Administrativo n. 057/2019.

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTO QUE, ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE GONGOGI – BAHIA, E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA: SÉRGIO DE JESUS CARLOS - ME, Inscrito no CNPJ: 27.643.047/0001-20.

O MUNICÍPIO DE GONGOGI – BAHIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF. 14.235.048/0001-93, com sede administrativa na Rua Dom Eduardo Herberold, nº 17, Centro, na Cidade de Gongogi – Bahia, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **EDVALDO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portadora da Carteira de Identidade de RG nº. 09596455-00 – SSP/BA, inscrito no CPF/MF. 690.514.455-04, residente e domiciliado à Rua Carlos Gomes, 28 - Centro, Gongogi – Bahia, e, do outro lado, doravante designado **CONTRATANTE**, e a Empresa: **SERGIO DE JESUS CARLOS - ME**, Inscrito no CNPJ/MF: 27.643.047/0001-20 e Inscrição Estadual 140226410, com sede na Av. Joel Vasconcelos, 136 – Bairro Nasser Borges, CEP: 45.540-000 - no município de Gongogi – BA representado neste ato pelo senhor Sérgio de Jesus Carlos, inscrito no CPF/MF: 023.223.215-67, RG. 1372350110 - SSP/BA, doravante denominado **CONTRATADO**, com base na Licitação na modalidade **Pregão Presidencial N.º. 09/2018**, e disposições da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Contrato. Conforme especificações e condições, constante no Edital e seus anexos, a presente Licitação, autorizado pelo despacho constante do Processo Administrativo **Nº 036/2019**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato tem como fundamento legal o processo de Pregão Presencial, tombado na Prefeitura Municipal de Gongogi, sob n.º **PP nº 16/2019**, pelo qual foi escolhida a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

II -CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto conforme especificações e condições, contratação de empresa para fornecimento de móveis e equipamento, para manutenção exclusiva da secretaria de saúde deste município, conforme planilha orçamentária anexo, --

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rua Dom Eduardo Herberold, nº 17 – Centro - CEP 45.540-000 – Gongogi - Bahia
Site: www.gongogi.ba.io.org.br



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Gongogi-Ba
Setor de Licitação e Contratos
CNPJ: 14.235.048/0001-93



O regime de execução deste contrato de prestação de serviços por preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado ao Processo de Licitação na modalidade Pregão Presencial PP- Nº - **16-2019**, e à Proposta Comercial apresentada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação dos serviços substanciada no presente instrumento, foi objeto do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial **PP nº 16/2019** e Processo Administrativo nº **XXX036/2019**.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pelo os Serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA**, a importância de global de **R\$ 12.260,00 (Doze mil duzentos e sessenta reais)**, pago em parcelas, após a execução e emissão da nota fiscal DANFE. Conforme planilha abaixo:

Item	Descrição	Und	Quantidade	Valor unit.	Valor Total
01	TV 24 POLEGADAS LER SMART WNWEGY PLUS	UND	06	1.050,00	6.300,00
02	CAMA BOX CONJUGADA CASAL ORTOPÉDICO	UND	04	940,00	3.760,00
03	CAMA BOX CONJUGADA SOLT. ORTOPÉDICO	UND	04	550,00	2.200,00
	VALOR GLOBAL				12.260,00

CLÁUSULA SETIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes deste instrumento de Contrato correrão por conta da Lei Orçamentária do Município de GONGOGI à conta da seguinte programação:

Unidade Orçamentária:	02.09 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
Projeto / Atividade:	2.041 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de Despesa:	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	02- 15% - Saúde

Unidade Orçamentária:	02.09.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
Projeto / Atividade:	2.045 – Gestão das Ações da Atenção Básica de Saúde - PAB
Elemento de Despesa:	3.3.9.0.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos	14 – Recursos SUS

– DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal pelo CONTRATADO, no prazo máximo de 10 (dez), dias, contados da data da apresentação da Nota Fiscal.

Parágrafo Primeiro. Havendo erro na Nota Fiscal das condições deste contrato, no todo ou em parte, a tramitação da Nota Fiscal será suspensa até que a contratada tome as providências necessárias à sua correção. Nesta hipótese, será considerada, para efeito de pagamento, a data da reapresentação da Nota Fiscal após a regularização da situação.



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Gongogi-Ba
Setor de Licitação e Contratos
CNPJ: 14.235.048/0001-93



Parágrafo Segunda. A falta de pagamento, de toda e qualquer importância cobrada com base no presente Contrato na data de seu vencimento, implicará na incidência automática de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária base IGPM-FGV, encargos esses incidentes sobre o valor do débito atualizado, da data de vencimento do respectivo documento de cobrança até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato, será de 08 (oito), meses, a contar da data da sua assinatura, em 02/05/2019 até 31/12/2019.

Parágrafo único. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Cadastrar o CONTRATADO na sua agência bancária referida, para fins do depósito bancário, na forma das instruções fornecidas junto com este contrato;
- b) Não promover a retenção de nenhum imposto sobre o pagamento realizado ao CONTRATADO, sobretudo, de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, haja vista, que tal imposto já é recolhido no Município onde o CONTRATADO desenvolve inteiramente sua atividade e possui estabelecimento, conforme determinam os arts. 3º e 4º, da Lei Complementar nº 116/03.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- c) Assumir a responsabilidade pelas atividades de seus funcionários ou prepostos desenvolvidas no âmbito deste contrato, sobretudo, por obrigações trabalhistas, previdenciárias e outras;
- d) Disponibilizar/Encaminhar, mensalmente, via e-mail, correios ou sistema, a nota fiscal mensal para compor o processo de pagamento;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelas legislações pertinentes;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela CONTRATANTE, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Gongogi-Ba
Setor de Licitação e Contratos
CNPJ: 14.235.048/0001-93



orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual, portaria 0215/2019 de 02/01/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65, da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

Parágrafo único. É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando a CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

I - por outros eventos alheios à vontade do CONTRATADO, tais como, acidentes ou vandalismo, que não sejam causados pelo CONTRATADO.

Parágrafo único. Não obstante disposição em contrário, a responsabilidade do CONTRATADO, por interrupção dos serviços, por perdas ou danos de qualquer natureza, causados ao CONTRATANTE, limitar-se-á exclusivamente ao valor mensal do contrato, se apurada má-fé ou dolo daquele.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

As partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações sob este Contrato em decorrência de casos fortuitos ou eventos de força maior que impeçam, temporária ou definitivamente, o cumprimento de quaisquer dessas obrigações, conforme disposto do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. A parte que pretender se valer da exoneração prevista nesta Cláusula deverá informar a outra, de imediato e por escrito, da ocorrência do caso fortuito ou evento de força maior, informando também o prazo estimado de duração do referido evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos na Lei nº 8.666/93, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o CONTRATADO à multa, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de negar-se a CONTRATADA a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento da licença não realizado;



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Gongogi-Ba
Setor de Licitação e Contratos
CNPJ: 14.235.048/0001-93



III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento da licença não realizada, por cada dia subsequente ao trigésimo.

Parágrafo primeiro. A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

Parágrafo segundo. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada, quando exigida, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo terceiro. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO

Reconhecidos os direitos da Administração, previstos nos arts. 77 a 80 da Lei Federal n.º. 8.666/93, este Contrato poderá ser rescindido ainda:

I - pela inadimplência de uma das partes ao pactuado neste termo, de tal forma que não subsistam condições para a continuidade do mesmo;

II - pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconveniente o prosseguimento de sua execução.

Parágrafo único. As partes poderão, também, alterar esse instrumento de Contrato, através de Termo Aditivo a ele, onde se observem as regras previstas na legislação contratual específica sobre o assunto, assim como prorrogá-lo quando do seu vencimento.

CLAUSULA DÉCIMA NONA - GARANTIAS

A contratada garante todos os seus serviços realizados, caso algum venha aparentar defeitos ou seja rejeitado pelas áreas de inspeção da contratante, a mesma se compromete a repará-lo imediatamente e sem ônus para a contratante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - COBRANÇA JUDICIAL

As importâncias devidas pela Contratada serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extra judicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial Municipal, conforme determina o parágrafo único, do art. 61, da Lei nº 8.666/9

Rua Dom Eduardo Herberold, nº 17 – Centro - CEP 45.540-000 – Gongogi - Bahia

Site: www.gongogi.ba.io.org.br



Serviço Público Municipal
Prefeitura Municipal de Gongogi-Ba
Setor de Licitação e Contratos
CNPJ: 14.235.048/0001-93



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da Comarca do CONTRATANTE, para dirimir eventuais controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

A tolerância, por qualquer das partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, representará mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos, que poderão ser exercidos pela parte que se sentir prejudicada, a qualquer tempo.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas instrumentárias abaixo assinadas, nomeadas e identificadas, obrigando-se por seus herdeiros ou sucessores, a qualquer título

Gongogi, 25 de Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI
CONTRATANTE

SERGIO DE JESUS CARLOS – ME

CNPJ/MF: 27.643.047/0001-20

Sérgio de Jesus Carlos

CPF/MF: 023.223.215-67

RG. 1372350110 - SSP/BA

CONTRADADO

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

PUBLICAÇÃO

Nos termos do único Art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93 a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GONGOGI**, publica o presente contrato em local apropriado, para que seja dado o fiel cumprimento pra produção dos seus efeitos de direito.

Prefeitura Municipal de GONGOGI, 25 de Julho de 2019.

SETOR DE PUBLICAÇÃO